



## O MOVIMENTO DE RECONCEITUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA AMÉRICA LATINA E OS DESAFIOS NA PRÁTICA PROFISSIONAL

NUNES, Camila.

**RESUMO:** O movimento de reconceituação do Serviço Social na América Latina constituiu-se numa expressão de ruptura com o Serviço Social tradicional e conservador. O processo de reconceituação do Serviço Social foi resultado da emergência da classe operária, no cenário político-social, exigindo o seu reconhecimento como classe social. Tal momento marcante para o Serviço Social latino-americano traz para os assistentes sociais a identificação político-ideológica da existência de duas classes sociais antagônicas, negando, portanto a neutralidade profissional, que historicamente tinha orientado o Serviço Social. Contudo, se torna um desafio colocar em prática o projeto ético político profissional fruto do Movimento de Reconceituação, visto o agravamento da questão social e suas dramáticas expressões a incidir no cotidiano de vida e trabalho de indivíduos, grupos, famílias, coletividades com os quais o Serviço Social trabalha.

**PALAVRAS-CHAVE:** Serviço Social; Movimento de Reconceituação; Prática profissional.

### I. INTRODUÇÃO

No final dos anos 1960 e no início dos anos 1970 do século XX, houve um movimento político-cultural heterogêneo - o movimento de reconceituação - que trouxe para os assistentes sociais a identificação político-ideológica da existência de lados antagônicos – duas classes sociais antagônicas – dominantes e dominados, negando, a neutralidade profissional, que historicamente tinha orientado a profissão. Esta revelação abriu na categoria a possibilidade de articulação profissional com o projeto de uma das classes, dando início ao debate coletivo sobre a dimensão política da profissão. Neste contexto, o movimento de reconceituação do Serviço Social na América Latina constituiu-se numa expressão de ruptura com o Serviço Social tradicional e conservador. Conforme afirma Netto (2005) “mesmo contida e pressionada nos limites de uma década, a reconceituação marcou o Serviço Social latino-americano” (NETTO, 2005, p.12).

Tal movimento ocorreu nos quadros da guerra fria, da influência norte-americana, crise do capitalismo e lutas sociais. Os assistentes sociais não ficaram submersos ou alheios aos desafios dessa quadra histórica. E conforme Iamamoto (2007) “sacudiram a a poeira do passado e deram radicais giros acadêmicos e técnico-profissionais, por meio de uma notável articulação latino-americana” (IAMAMOTO, 2007, p. 164).



Assim, o presente texto pretende apresentar esse momento marcante para o Serviço Social latino-americano, apresentando primeiramente o conservadorismo profissional, o contexto do momento histórico de renovação profissional, o movimento de reconceituação e os desafios encontrados na prática profissional.

## II. O MOVIMENTO DE RECONCEITUAÇÃO NA AMÉRICA LATINA

Para entender o processo de renovação crítica do Serviço Social se faz necessário pontuarmos a denuncia do conservadorismo profissional, iniciada ainda na década de 1960 e desenvolvida nas décadas de 1970 a 1980, sob a influencia do Movimento de Reconceituação latino-americano, contextualizando a conjuntura histórica da época no mundo, especificamente na América Latina.

### i. Conservadorismo profissional

O Serviço Social tem em sua gênese, na sociedade capitalista monopolista, mediante as necessidades da divisão sócio-técnica do trabalho, marcado por um conjunto de variáveis que vão desde a alienação, a contradição ao antagonismo.

As raízes históricas do processo de formação profissional em Serviço Social na América Latina têm seu marco inicial no Chile, na Escola Alejandro Del Rio, fundada em 1925 (CASTRO, 1984), através de uma iniciativa do Estado que, no entanto, não a sustentou e não demorou a dar lugar à Igreja Católica que, na função de formadora de assistentes sociais no continente, avançava também no cumprimento de sua política expansionista e internacional.

Sob o domínio das transformações capitalistas, e com forte influência do pensamento europeu e da Igreja Católica, firma-se no Chile e se expande na América Latina um projeto de Serviço Social que orientou a profissão para atuar no âmbito dos processos de construção de respostas aos interesses da classe dominante no controle das relações sociais que subjugam e subalternizam a classe trabalhadora, com a mediação do Estado e da Igreja Católica (KISNERMAN, 1980).

Em suas origens no Brasil, de acordo com Iamamoto & Carvalho (2007), o Serviço Social está intimamente vinculado a iniciativas da Igreja, como parte da sua estratégia de qualificação do laicato, especialmente de sua parcela feminina, vinculada predominantemente aos setores abastados da sociedade, para dinamizar sua missão política de apostolado social junto à família operária. Tal missão era através do



“enquadramento dos trabalhadores nas relações sociais vigentes, reforçando a mútua colaboração entre capital e trabalho” (IAMAMOTO, 2004, p. 20).

Dessa forma, o Serviço Social tinha por finalidade um projeto de recristianização da sociedade, orientado pela doutrina social da Igreja. O caráter missionário da intervenção privilegiava a dimensão restauradora dos bons costumes e da moral, abalados no nível das relações sociais (IAMAMOTO, 2004).

Esse traço da proposta doutrinária começou a tomar outros contornos a partir do próprio movimento interno da profissão. A demanda externa favorecia, com a industrialização do início da Guerra Fria e a exacerbação da divisão ideológica do mundo, a opção pela via capitalista. Mas, foi no plano das representações dos agentes profissionais que se imprimiu uma nova direção (ANDRADE, 2008). Tal direção conciliou os fundamentos da filosofia cristã com uma proposta política que legitimasse o capitalismo, buscado no correlato norte-americano, desde o suporte filosófico, as teorias do conhecimento que dessem conta, principalmente, de responder as necessidades, até um suporte teórico-científico e técnico para a prática profissional.

Segundo Kisnerman (1980), a sociologia norte-americana assinalava na época que, a sociedade tem uma história natural e que em cada época é ela o resultado da luta pela existência entre os indivíduos, diversamente dotados. “O que está no alto, o mereceu, o pobre e menos privilegiado é culpado de sua situação” (KISNERMAN, 1980, p. 15). Dessa forma o estrutural-funcionalista baseou-se no equilíbrio social.

O equilíbrio social se mantém, assim, por meio de: a) a socialização agindo de acordo com que os demais esperam de um indivíduo; e b) o controle social, pelo qual se espera que todos se comportem de acordo com o que o sistema social estabeleceu. Qualquer alteração nesse equilíbrio é uma disfunção, uma patologia social. (KISNERMAN, 1980, p. 16). Nesse sentido, o problema está no homem, não na sociedade.

A influência norte-americana, também, ocorreu com a difusão da base técnica dos métodos de caso e grupo e posteriormente, com a proposta de Desenvolvimento de Comunidade.

Conforme Netto (2001), a partir da incorporação teórica e metodológica da abordagem comunitária no Serviço Social, os profissionais passaram a sentir maior sensibilidade no tocante às questões macrossociais. Além disso, o autor destaca que esta forma de intervenção estava “mais consoante com as necessidades e as características de uma sociedade como a brasileira – onde a ‘questão social’ tinha magnitude elementarmente massiva” (NETTO, 2001, p. 138). Assim, esta nova realidade profissional vai marcar o início da erosão das bases do Serviço Social “tradicional”, no qual “o assistente social quer deixar



de ser um ‘apostolo’ para investir-se da condição de ‘agente de mudança’ (Idem, 2001, p. 138).

Neste contexto, Netto (2001), aponta 3 elementos relevantes para a erosão do Serviço Social “tradicional”:

Em primeiro lugar, a revisão crítica que se processa na fronteira das ciências sociais. Os insumos “científicos” de que historicamente se valia o Serviço Social e que forneciam a credibilidade “teórica” do seu fundamento com a chancela das disciplinas sociais acadêmicas viam-se questionados no seu próprio terreno de legitimação original [...]. O segundo vetor que intercorria no processo era o deslocamento sociopolítico de outras instituições cujas as vinculações com o Serviço Social são notórias: as Igrejas – a católica, em especial, e algumas confissões protestantes [...]. Finalmente last but not lest, o movimento estudantil: condensadamente, ele reproduz, no molde particular da contestação global característica da sua intervenção, todas as alterações que indicamos e as insere perturbadoramente no próprio locus privilegiado da categoria profissional [...]. (NETTO, 2001, p.144-145)

Ressalta-se que, tais elementos assentaram-se na crise do padrão de desenvolvimento capitalista, na América Latina, de característica dependente e associado, e no amplo movimento revolucionário que ganhou força no continente com a vitória da Revolução Cubana em 1959 com expressiva incidência sobre as ciências sociais e a universidade.

## ii. Contexto histórico da renovação do Serviço Social

O movimento de reconceituação enquanto um movimento que constituiu uma recusa e crítica ao conservadorismo profissional do Serviço Social, teve como pano de fundo um período de crise econômica e intensa efervescência política no continente latino-americano, no quadro de populismo e de uma reorientação tática do imperialismo em relação às sociedades dependentes (IAMAMOTO & CARVALHO, 2007). Internamente, tem-se uma conjuntura político-econômica cujas tensões vão culminar em expressivas mudanças na correlação de forças entre a classe burguesa e proletária, principalmente na década de 1960. A partir do segundo quartel do século XX, a região entrou em uma fase de estagnação e instabilidade econômica, reflexo da crise mundial (guerras mundiais, crise de 1929), acirrando a miséria e pobreza da classe proletária (CEPAL, 2004), e assim, uma minoria social dominante reteve para si todos os privilégios e excluiu a grande maioria de todos os direitos. Com isso, os movimentos de esquerda, crescem na cena política, acirrando os embates com o nazifascismo e as disputas ideológico-políticas entre socialismo e capitalismo. Reflexo disso foi às revoluções latino-americanas.



Vale ressaltar que, as experiências socialistas latino-americanas se dão sob “o pano de fundo do final do primeiro capítulo do socialismo no mundo, sob a forma inicial de existência, nos países do Leste europeu e na URSS” (SADER, 1992, p. 4). Além disso, é inevitável não citar a Revolução Cultural Chinesa, iniciada em 1966, em torno da figura de Mao Tsé-Tung, na evocação constante da luta de classes e na defesa da guerra revolucionária como forma de alcançar o poder.

Neste período dos anos de 1960, vale destacar, que houve na Igreja Católica, enquanto instituição de grande influência nos países latino-americanos, seja na ordem espiritual e política, o surgimento de uma reformulação do magistério da Igreja, que opta preferencialmente e solidariamente pelos pobres: a teologia da libertação, e seu movimento social, intitulado por Michael Löwy (2000), como o cristianismo da libertação. Tal movimento surgiu entre os movimentos laicos (e alguns membros do clero), ativos entre a juventude estudantil e nas comunidades mais pobres, que sentiram necessidade de adotar o método marxista de interpretação e transformação da realidade. Nesse contexto, é fortalecida uma esquerda cristã que faz uma “forte crítica moral e social do capitalismo dependente como sistema injusto e iníquo, como uma forma de pecado estrutural” (LÖWY, 2000, p. 61) e se insere nas lutas sociais da época.

Assim sendo, o modelo autocrático-burguês (NETTO, 2001) de transformação capitalista adotado na América Latina inibiu o conflito e o confronto entre as classes. Acabou por anular as mudanças, mesmo as que são próprias do desenvolvimento capitalista. Por isso, há, na transformação capitalista e na dominação burguesa ocorrida na América Latina, uma dissociação entre desenvolvimento capitalista e democracia, que é resultante da forma própria de acumulação de capital nos quadros do capitalismo periférico e dependente.

É nesse contexto que o movimento de reconceituação se processará na profissão, sendo “uma refração, na cultura profissional, do processo de constituição da classe operária em sujeito político” (ACOSTA, 2008, p.15), trazendo para os assistentes sociais a identificação político-ideológica da existência de duas classes sociais antagônicas, negando, portanto a neutralidade profissional, que historicamente tinha orientado o Serviço Social.

### iii. O Serviço Social latino-americano e o Movimento de Reconceituação

O movimento de reconceituação do Serviço Social na América Latina foi impulsionado pela intensificação das lutas sociais que se refratavam na Universidade, nas Ciências Sociais, na Igreja, nos movimentos estudantis, dentre outras expressões, conforme já indicado. Ele expressa um amplo questionamento da profissão (suas finalidades,



fundamentos, compromissos éticos e políticos, procedimentos operativos e formação profissional), dotado de várias vertentes e com nítidas particularidades nacionais. Mas sua unidade assentava-se na busca de construção de um Serviço Social latino-americano: na recusa da importação de teorias e métodos alheios à própria história latino-americana, na afirmação do compromisso com as lutas dos “oprimidos” pela “transformação social” e no propósito de atribuir um caráter científico às atividades profissionais (IAMAMOTO, 2007). De acordo com Iamamoto (2007), neste período,

denunciavam-se a pretensa neutralidade político-ideológica, a restrição dos efeitos de suas atividades aprisionadas em microespaços sociais e a debilidade teórica no universo profissional. Os assistentes sociais assumem o desafio de contribuir para a organização, a capacitação e a conscientização dos diversos segmentos trabalhadores e “marginalizados” na região. De base teórica e metodológica eclética, o movimento de reconceituação foi inicialmente polarizado pelas teorias desenvolvimentistas. Em seus desdobramentos, especialmente a partir de 1971, este movimento representou as primeiras aproximações do Serviço Social à tradição marxista, haurida em manuais de divulgação do marxismo-leninismo, na vulgata soviética, em textos maoístas, no estruturalismo francês de Althusser, além de outras influências de menor porte. Registra-se, entretanto, a ausência de uma aproximação rigorosa aos textos de Marx. (IAMAMOTO, 2007, p.165)

Assim, a reconceituação teve como ponto de partida, por volta de 1965, no I Seminário Regional Latino-Americano de Serviço Social em Porto Alegre/Brasil, e posteriormente nos seminários no Uruguai (1966), Argentina (1967), Chile (1969), Bolívia (1970) e novamente em Porto Alegre (1972), (ACOSTA, 2008). Além disso, há de se destacar, o Centro Latinoamericano de Trabajo Social – CELATS, organismo acadêmico criado em 1972, vinculado à Asociación Latinoamericana de Escuelas de Trabajo Social – ALAETS, que teve uma significativa contribuição pela forte influência na difusão da teoria crítica e a articulação acadêmico-política dos profissionais de Serviço Social no continente.

O CELATS analisava dinamicamente as experiências inovadoras da prática profissional latino-americana. Nesse período, por exemplo, o método da Investigação-Ação na Colômbia (Orlando Fals Borda e Maria Cristina Salazar guardaram sempre uma grande aproximação com os assistentes sociais na Colômbia e na América Latina) teve influência significativa nesse processo. No mesmo país, pode-se mencionar a contribuição de German e Manuel Zabala. Este último, antropólogo, desenvolveu uma abordagem gnosiológica do trabalho de campo. E German Zabala, matemático, enfatizou sua dimensão política através de sacerdotes católicos que trabalhavam nos grandes bairros populares. Todos estes métodos inspiraram as propostas metodológicas das faculdades de Serviço Social. E o CELATS se empenhou em apoiar projetos de investigação social que buscavam resgatar a ação profissional com destacados atores. [...] O CELATS, como já disse, soube também captar qualificados recursos acadêmicos e teóricos do pensamento da época (Marilda Villela



Iamamoto, José Paulo Netto, Alejandrino Maguiña, Jorge Parodi, Ivan De Gregori, Diego Palma, Manuel Manrique, Carlos Urrutia, Walter Tesch, Roberto Rodriguez). Estes estudiosos estiveram todos ligados organicamente ao CELATS. (IAMAMOTO, 2007, p. 170)

No ano de 1970, houve a fratura entre o Grupo ECRO (editora Argentina) e os assistentes sociais que, logo depois, se aglutinaram no CELATS, que se constitui num divisor de águas entre o momento da renovação profissional e o da reconceituação. (ACOSTA, 2008)

Porém o Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina foi interrompido pela repressão da ditadura militar na América Latina, tornando-se então, conforme Netto (2001) um movimento inconcluso e contido em sua história, principalmente a academia no tocante ao ensino, pesquisa e extensão. Entretanto, apesar da asfixia provocada pela ditadura nos países chaves da América Latina, Netto (2001) destaca que,

[...] esta inconclusividade não fez do movimento algo intransitivo, que não remeteria mais que a si mesmo. Ao contrário, durante mais de dez anos, na seqüência da década de 1970, a parte mais significativa do espírito renovador da reconceituação, processado criticamente, alimentou o que houve de mais avançado no processo profissional latino-americano. (NETTO, 2001, p. 15).

O Brasil teve uma presença pioneira nesse movimento profissional latinoamericano. Esse período, que coincide com a ditadura militar no país, faz com que o debate aqui assumisse outras tonalidades e recebesse distintas influências, especialmente do vetor modernizador e tecnocrático, combinado com extratos da filosofia aristotélico-tomista no âmbito dos valores e princípios éticos (IAMAMOTO, 2007).

Assim, a partir do Movimento de Reconceituação, segundo Netto (2001), é desenvolvida uma disputa entre projetos políticos que divergem no interior da profissão. Tal disputa é polarizada por três vertentes teórico-metodológicas denominadas: Modernizadora, Reatualização do Conservadorismo e Intenção de Ruptura. No que tange a este último, conforme Netto (2001), o movimento de reconceituação foi um momento de intenção de ruptura com o conservadorismo profissional e assim construção do projeto ético político.

A proposta primária do projeto ético político profissional é constituída pelo Código de Ética de 1986, posteriormente reformulado em 1993, pela Reformulação da Lei que Regulamenta a profissão, tendo sua complementação com as Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social, aprovadas pela categoria em 1996.

Dessa forma, esse processo ora apresentado vai resultar na construção de um novo projeto ético – político profissional, vinculado a um projeto societário, propondo uma nova ordem social, voltado à equidade e a justiça social, numa perspectiva de universalização dos



acessos aos bens e serviços relativos às políticas sociais. Neste contexto a profissão busca o compromisso com a classe trabalhadora, através do aprimoramento intelectual, baseada na qualificação acadêmica e alicerçada na concepção teórico-metodológicas crítica e sólida.

#### iv. Os desafios profissionais pós- Movimento de Reconceituação no Brasil

Pensar o Serviço Social pós- movimento de reconceituação, é perceber os desafios postos para uma profissão que é demandada institucionalmente a manter a ordem do Capital. No atendimento aos usuários, é colocado, por exemplo, seja pela instituição, seja pelos próprios profissionais, no esquema tradicional do Serviço Social, na corrente norteamericana, um atendimento que considera os problemas e desajustes dos indivíduos, grupos ou comunidades como desvios de conduta e de comportamento, em que as pessoas são as únicas e principais responsáveis, já que “parece” que o sistema capitalista dá iguais oportunidades a todos (IAMAMOTO, 2007)

Além disso, em instituições públicas, maior empregador de assistentes sociais, uma lógica flexibilizada e precarizada parecida com a desenvolvida no setor privado e incrementada pelo ideário neoliberal. A exemplo, com cortes de custo, com um lógica produtivista e totalmente burocratizada.

Nas palavras de Guerra (2005), todos esses mecanismos têm interferido na profissão de Serviço Social, à medida que:

Acentua-se a tendência neoconservadora, focalista, controlista, localista, de abordagem microscópica das questões sociais, transformadas em problemas ético-morais. Dadas estas condições efetivamente precárias, o atendimento da demanda real ou potencial fica prejudicado, comprometendo o processo, fundamentalmente, os resultados da intervenção profissional. (GUERRA, 2005, p. 24)

A autora enfatiza que em meio a esse quadro totalmente adverso para os profissionais e para os usuários, o assistente social no seu universo de trabalho se pauta por uma prática que pouco favorece a garantia dos direitos da sua demanda, pois as funções assumidas nesse contexto – dadas as suas condições objetivas e subjetivas – comprometem o resultado da ação profissional sobre a vida dos sujeitos. (GUERRA, 2005)

Dessa forma, para além das dimensões objetivas que conferem materialidade ao fazer profissional, no cotidiano profissional, se faz necessário concomitantemente problematizar o significado do seu trabalho, as representações que faz da profissão, a intencionalidade das ações, as justificativas que elabora para legitimar as atividades — que orientam a direção social do exercício profissional.



Assim, se torna um desafio colocar em prática o projeto ético político profissional fruto do Movimento de Reconceituação, visto o agravamento da questão social e suas dramáticas expressões a incidir no cotidiano de vida e trabalho de indivíduos, grupos, famílias, coletividades com os quais o Serviço Social trabalha, na luta pela reprodução social em suas múltiplas dimensões materiais, subjetivas, relacionais e espirituais. (RAICHELIS, 2010)

### III. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A necessidade de um projeto pedagógico crítico na perspectiva da emancipação humana para a formação profissional em Serviço Social continua vigente na América Latina hoje, impondo-se como uma exigência da realidade dos diferentes segmentos sociais das sociedades nos diferentes estados nacionais do continente, mas fundamentalmente pelas classes populares.

A tradição marxista vinculada ao Serviço Social ocorreu tanto nos países de capitalismo avançado como na América do Norte e Europa Ocidental, como nos países em desenvolvimentos da América Latina. Esta relação não aconteceu por acaso, foi fruto da crise da profissão com a herança conservadora tradicionalista, da pressão exercida pelos movimentos sociais revolucionários e ainda pela atuação do movimento estudantil.

Esta relação do Serviço Social com a teoria marxista foi possível para compreender o significado social da profissão, contribuir na reflexão de intervenção sócio-profissional e, sobretudo, para fundamentar a teoria e a prática profissional.

Como vimos o Serviço Social na América Latina, e especialmente no Brasil, é caracterizado, pela herança do Movimento de Reconceituação, pois, como bem afirma Netto (2001), é impossível imaginar o Serviço Social crítico, sem atrelá-lo a esta herança, mesmo tendo a convicção de que há uma pluralidade ideológica e teórica, própria da diversidade que é formada a categoria profissional, ainda que sob a égide de um projeto ético-político que faz a crítica ao tradicionalismo.

No campo profissional, no Brasil enfrenta-se o desafio para concretizar o projeto hegemônico da profissão, com fortes influências do Serviço Social tradicional, sendo necessária na correlação de forças, uma articulação política, para a atuação de um Serviço Social crítico e assim consolidação da hegemonia da vertente de intenção de ruptura, que representa a fundamentação da orientação do projeto ético político profissional.



#### IV. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACOSTA, L. Cultura “radical” e Serviço Social. Praia Vermelha - Estudos de Política e Teoria Social, PPGSS/UFRJ - Rio de Janeiro, 18(2), 2008.

ANDRADE, M.A.R.A. O metodologismo e o desenvolvimentismo no Serviço Social Brasileiro 1947-1961. In: Serviço Social & Realidade, Franca, v. 17, n. 1, p. 268-299, 2008.

CEPAL. La Inversión extranjera em América Latina y Caribe. Chile: Nações Unidas, 2004.

GUERRA, Y. O Serviço Social frente a crise contemporânea: demandas e perspectivas. In Revista Ágora, Ano 2, nº 3, dezembro de 2005.

IAMAMOTO, M. V. Renovação e Conservadorismo no Serviço Social. – 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2004.

\_\_\_\_\_ & CARVALHO, R. de, Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. – 21ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.

\_\_\_\_\_ “Entrevista memória com Leila Lima Santos. Serviço Social na América Latina: 1970-1980”. REVISTA EM PAUTA, Nro. 20, Rio de Janeiro, UERJ, 2007

IANNI, O. A questão nacional na América Latina. Estudos Avançados. vol.2 nº.1, São Paulo Jan./Mar. 1998

KISNERMAN, N. Sete Estudos sobre o S. Social. 3ª Ed. Cortez Ed. São Paulo, 1980, p.5-23.

LÖWY, M. A guerra dos deuses. Religião e política na América Latina. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

\_\_\_\_\_. Marxismo e Cristianismo na América Latina. Lua Nova, Marco Zero, 1989, Vol. 19.

NETTO, José Paulo. Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós 64. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2001.

\_\_\_\_\_. Nota sobre o marxismo na América Latina. Novos Temas, Salvador/São Paulo, n.5/6, 2012, p.43-60.

\_\_\_\_\_. Reconceituação do Serviço Social 40 anos depois. Serviço Social & Sociedade nº 84, Ano XXVI São Paulo, Cortez Editora, 2005.

RAICHELIS, R. Intervenção profissional do assistente social e as condições de trabalho no Suas. In: Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 104, p. 750-772, out./dez. 2010.

SADER, E. Cuba, Chile, Nicarágua: Socialismo na América Latina. São Paulo: Atual, 1992.

\_\_\_\_\_. Século XX: Uma biografia não-autorizada. O século de Imperialismo. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.